

Em novembro, Moro virou ministro e TCU mandou OAB prestar contas



Em reunião com o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), no dia 1º de

novembro, o juiz [Sergio Moro aceitou](#) a função de comandar o "superministério" da Justiça, que também será responsável pela Segurança Pública.

A escolha [dividiu a comunidade jurídica](#). Enquanto alguns advogados e juristas acreditam ser um bom nome e com estatura para contribuir com o novo governo, boa parte entende que a decisão reforça as críticas de parcialidade do magistrado.

Em nota, Moro afirmou que seu objetivo é implementar uma "forte agenda" anticorrupção e anticrime organizado, além de consolidar avanços obtidos pela operação "lava jato" e impedir retrocessos.

Como de praxe, Bolsonaro usou as redes sociais para se manifestar. Pelo Twitter, afirmou que a agenda de Moro anticorrupção, anticrime organizado, bem como respeito à Constituição e às leis, será o norte de seu governo.

Novembro de 2018

- 1º/11 [Publicada lei que estabelece contagem de prazo em dias úteis nos juizados especiais](#)
- 5/11 [Sergio Moro pede férias, e não exoneração, para planejar ministério; Publicada norma que regulamenta diário eletrônico da OAB; Redução da maioria penal é retrocesso, avalia presidente comissão da OEA](#)
- 6/11 [Após um ano de vigência da nova lei, número de ações trabalhistas cai 36%](#)
- 7/11 [Senado aprova reajuste de 16% para ministros do STF](#)
- 8/11 [TRF-2 ordena prisão de 10 deputados estaduais do Rio por suspeita de corrupção](#)
- 10/11 [Pagamento de boletos vencidos pode ser feito em qualquer banco](#)
- 11/11 [Reforma trabalhista completa um ano e ainda divide especialistas](#)
- 12/11 [Há mais de 22 mil menores presos no Brasil, aponta CNJ](#)
- 19/11 [Publicada exoneração de Sergio Moro no Diário Oficial da União; STJ afasta cobrança de IPI sobre mercadoria roubada](#)
- 20/11 [Sergio Moro anuncia chefe da PF no Paraná para diretoria-geral da corporação](#)

Novembro de 2018

- 21/11 [Anuário da Justiça Federal 2019 e o Justice Yearbook 2018 são lançados no STJ;](#)
[André Luiz de Almeida Mendonça é escolhido para AGU do novo governo;](#) [Em acordo com Cade, empreiteiras admitem ter feito cartel na "lava jato"](#)
- 22/11 [Doação ilegal só causa inelegibilidade se dinheiro influenciar eleição, reafirma TSE;](#)
[Estatais de maior poder econômico são vulneráveis e pouco transparentes, diz TCU](#)
- 26/11 [Temer sanciona reajuste de salários dos ministros do Supremo, que vai a R\\$ 39 mil;](#) [Fux revoga auxílio-moradia para juízes após sanção de reajuste para STF;](#) [CIDH recomenda que Brasil amplie acesso de "comunidades carentes" à Justiça](#)
- 27/11 [Policiais condenados por massacre do Carandiru serão submetidos a novo júri](#)
- 28/11 [STJ baixa todos os processos sobre expurgos inflacionários;](#) [STJ fixa tese sobre legalidade de protesto de CDA pela Fazenda Pública](#)
- 29/11 [A pedido da PGR, STJ manda prender Pezão para barrar crimes iniciados por Cabral](#)

Prestação de contas da OAB

O Tribunal de Contas da União decidiu em novembro que a Ordem dos Advogados do Brasil [deve prestar contas](#) ao tribunal a partir de 2021, relativo ao exercício de 2020. A entidade deverá se encaixar nas mesmas normas aplicadas a órgãos federais, estatais e outros conselhos federais.

O relator, ministro Bruno Dantas, afirmou que, em um momento em que o Estado vem reforçando e exigindo transparência e regras de *compliance* até mesmo para as pessoas jurídicas privadas que com ele se relacionam, não é razoável querer justificar validamente que a OAB possa ser a única instituição infensa a controle.

A decisão contraria entendimento do Supremo Tribunal Federal, que, em 2006, em julgamento sobre a necessidade de haver concursos públicos para as vagas de trabalho na OAB, debateu a natureza da entidade e concluiu que ela não é órgão público.

Prisão com base em delações

O fato de um delator supostamente ter omitido fatos ou mentido durante a colaboração premiada não justifica sua prisão provisória. A decisão do ministro Nefi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça, foi aplicada em novembro para [determinar a liberdade](#) de ex-executivos da JBS, entre eles Joesley Batista e Ricardo Saud. Também [foram soltos](#) Neri Geller e Rodrigo Figueiredo, ex-ministro da Agricultura e secretário de Defesa Agropecuária, respectivamente.

CNJ



O fato de um delator supostamente ter omitido fatos ou mentido em colaboração premiada não justifica prisão provisória.
CNJ

A operação que resultou na prisão provisória deles mostra que [a Polícia Federal reciclou fatos antigos para gerar fato novo](#). Segundo a desembargadora Mônica Sifuentes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a delação do doleiro Lúcio Funaro teria servido de base para mostrar que outros delatores estavam omitindo informações.

No entanto, o próprio Joesley já havia anteriormente informado e documentado o esquema denunciado por Funaro. Na decisão, a desembargadora acatou a versão da Polícia Federal de que os colaboradores haviam omitido informações e que obstruíam a Justiça. Por isso, determinou a prisão deles.

Porém, segundo o ministro Néfi Cordeiro, não é possível justificar agora uma prisão provisória por suposta destruição de provas que teria ocorrido há quatro anos. Assim, ele concluiu que o único motivo para determinar a prisão que ainda existe é a suposta omissão em delação premiada, o que não justifica a medida.

Para o ministro, a omissão ou mentira na colaboração premiada pode ser causa de rescisão do acordo ou de redução dos favores negociados, mas jamais justificar a prisão provisória.

Eleições na OAB

Terminaram em novembro as eleições para presidentes das seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. Em São Paulo, uma virada marcou a [escolha de Caio Augusto](#) para o próximo triênio. Pesquisa Ibope indicava nova reeleição de Marcos da Costa, que está no cargo há seis anos.

No Distrito Federal também houve surpresa. [Délio Lins e Silva foi eleito](#), superando Jacques Veloso, que liderava a chapa da situação, contando com o apoio do atual mandatário da OAB, Juliano Costa Couto, e do governador eleito, Ibaneis Rocha (MDB).

Veja os eleitos em cada estado:

**reeleitos*

[OAB-AC](#) Erick Venâncio

[OAB-AL](#) Nivaldo Barbosa Jr.
[OAB-AP](#) Auriney Brito
[OAB-AM](#) Marco Aurélio Choy*
[OAB-BA](#) Fabrício Castro
[OAB-CE](#) Erinaldo Dantas
[OAB-DF](#) Délio Lins e Silva
[OAB-ES](#) José Carlos Rizk Filho
[OAB-GO](#) Lúcio Flávio*
[OAB-MA](#) Thiago Diaz*
[OAB-MT](#) Leonardo Campos*
[OAB-MS](#) Mansour Karmouche*
[OAB-MG](#) Raimundo Cândido Jr.
[OAB-PA](#) Alberto Campos*
[OAB-PB](#) Paulo Maia*
[OAB-PR](#) Cássio Telles
[OAB-PE](#) Bruno Baptista
[OAB-PI](#) Celso Barros Neto
[OAB-RR](#) Ednaldo Vidal
[OAB-RO](#) Elton Assis
[OAB-RJ](#) Luciano Bandeira
[OAB-RN](#) Aldo Medeiros
[OAB-RS](#) Ricardo Breier*
[OAB-SC](#) Rafael Horn
[OAB-SP](#) Caio Augusto
[OAB-SE](#) Inácio Krauss
[OAB-TO](#) Gedeon Pitaluga

Spacca



Entrevista do mês

Em [entrevista](#) à **ConJur** em novembro, o defensor público **Renato Campos Pinto de Vito**, ex-diretor de política penitenciária do Ministério da Justiça, disse que as medidas propostas pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, de endurecer a lei penal não passam de demagogia, ignorando décadas de produção científica.

Em sua análise, se efetivadas as propostas, o Brasil pode regredir em 150 anos na área de segurança pública.

"Estamos jogando fora 150 anos de construção acadêmica séria para retornar ao paradigma do positivismo criminológico, que fala que a pessoa nasce defeituosa e o bandido tem que ser isolado. Esse programa vendido para a população e que certamente diz respeito a uma insatisfação que angariou apoio não vai se transformar em entrega efetiva no que diz respeito à redução da criminalidade", afirmou.

Leia outras entrevistas:

***José Robalinho Cavalcanti**, presidente da ANPR: ["Estado precisa investir em presídios, não pode deixar de ser punitivista"](#)

***Victor Rufino**, advogado e ex-procurador-geral do Cade: ["Acordos não podem ser transformados na pedra angular para condenação"](#)

***Michel Sancovski**, especialista em anticorrupção: ["Sem 'juiz natural', falta segurança jurídica para cooperação com autoridades"](#)

***Carlos Eduardo Moreira Alves**, presidente do TRF-1: ["Temos de nos preocupar em dar celeridade à Justiça, com qualidade"](#)

***Kassio Nunes Marques**, vice-presidente do TRF-1: ["Com o acervo físico do TRF-1, inteligência artificial é um sonho"](#)

***André Fontes**, presidente do TRF-2: ["Em vez de auxílios, magistratura deveria ter padrão único de remuneração"](#)

***Therezinha Astolphi Cazerta**, presidente do TRF-3: ["Justiça Federal será toda remanejada com o processo eletrônico"](#)

***Carlos Eduardo Thompson Flores**, presidente do TRF-4: ["Descentralizar o tribunal é mais barato e eficaz do que criar novos TRFs"](#)

***Manoel de Oliveira Erhardt**, presidente do TRF-5: ["Priorizar os juizados especiais federais contribui para a justiça social"](#)

Date Created

30/12/2018